

Movimento Sindical Proletário - MSP

Com o aguçamento das contradições capitalistas, a realidade impõe, hoje, ao proletariado duas tarefas que, organizado enquanto classe antagônica à burguesia, só ele é capaz de cumprir. A primeira, no campo das ações imediatas é a luta contra a alta diária do custo de vida e pela retomada de conquistas trabalhistas. A segunda, de natureza histórica, é o combate ao fascismo e à barbárie anunciada, que aprofundará com violência a exploração e a opressão contra os trabalhadores, em nome da manutenção dos privilégios da pequena e da grande burguesia.

O enfretamento a essas formas de avanço do capitalismo contra a classe trabalhadora, incluindo os desmandos diários dos patrões, passa necessariamente pela construção de um Movimento Sindical Proletário (MSP), em combate ao messianismo e à conciliação que, do ponto subjetivo, aprofundam a crise de representatividade do sindicalismo brasileiro.

Essa crise é instalada no movimento sindical brasileiro na esteira do processo de redemocratização iniciado no final dos anos 70, capitaneado ideologicamente pela burguesia, e hegemônico no campo da esquerda por correntes políticas messiânicas e/ou conciliadoras. As

consequências desse hegemonismo no movimento sindical podem ser facilmente identificadas se analisarmos com o necessário rigor metodológico as relações entre partido e sindicato.

Estamos falando de uma prática sindical que perdeu de vista sua razão de ser: a defesa das reivindicações concretas dos trabalhadores, cujo conteúdo de classe é indispensável para a organização política do proletariado em torno de sua própria libertação. Esse enfraquecimento das lutas diretas dos trabalhadores é resultado do hegemonismo de correntes messiânicas e conciliadoras, que colocam objetivos eleitoreiros ou revolucionários, não faz diferença aqui, acima e à frente dos interesses específicos, imediatos e concretos das categorias que representam.

Deixamos claro que não somos contrários à atuação de militantes políticos – organizados partidariamente – no sindicato, inclusive com participação nas direções sindicais. É absolutamente legítima a participação de militantes de partidos nos sindicatos. No entanto, nos opomos firmemente ao uso oportunista de mobilizações e atos públicos como palanques de parlamentares ou candidatos em busca de votos. Também somos contrários à conciliação promovida por meio de subterfúgios burocráticos como as famigeradas assembleias

permanentes, excessivas rodadas de negociações com os patrões e o maldito estado de greve, que, sem resultados concretos, atuam para desmobilizar os trabalhadores e esvaziar paralisações e greves.

Para além do combate ao aparelhamento eleitoral dos sindicatos, praticado por correntes políticas messiânicas e conciliadoras, hoje, em busca de sua unidade e fortalecimento, a classe trabalhadora precisa travar a luta ideológica diária contra o identitarismo. As pautas identitárias, construídas a partir da lógica de integrar segmentos de trabalhadores ao capitalismo, estimulam, no seio do proletariado, o individualismo corporativista criador da ilusão de que tais lutas fragmentárias teriam um caráter “libertário”.

Pelo contrário, com seu individualismo, as lutas identitárias são fragmentárias, antirrevolucionárias, antiproletárias, conservadoras e, portanto, hostis ao desenvolvimento de uma genuína consciência de classe proletária. São inimigas de uma consciência que considere a contradição capital X trabalho como a principal contradição a ser superada no interior das formações sociais capitalistas.

Quando Marx e Engels dirigiram-se ao proletariado mundial, no Manifesto Comunista de 1848, eles o fizeram a

partir da afirmação da consciência de classe, da condição proletária, como a base essencial de identificação entre todos (repetimos: todos) os trabalhadores. Marx e Engels disseram ‘Proletários do mundo, uni-vos’. Eles não disseram ‘Indígenas do Mundo, uni-vos’; não disseram ‘Negros do Mundo, uni-vos’; e não disseram ‘Mulheres do mundo, uni-vos’.

Claro que, socialmente, o proletariado é dividido em determinados segmentos, como os de negros, indígenas, homens, mulheres, LGBT etc. Mas devemos entender que cada um desses segmentos não constitui, por si ou separadamente, a identidade essencial dos seus membros enquanto trabalhadores, enquanto proletários. Ou seja: como a classe que vive da venda de sua força de trabalho ao capital, como a classe que, lutando por sua libertação, não tem nada a perder, mas tem um mundo a ganhar.

Defendemos que as lutas contra o racismo, as discriminações de gênero, as discriminações contra os homossexuais e contra etnias devem ser realizadas e apoiadas, mas desde que tais lutas sejam articuladas a partir de uma genuína consciência de classe, capaz de unificar todos esses segmentos na condição proletária e da luta primordial contra a exploração capitalista. Somente nessa perspectiva proletária e classista é que tais lutas vão assumir um caráter verdadeiramente libertador. Esta é a

diferença essencial entre as pautas identitárias e as reivindicações próprias de segmentos da classe trabalhadora que, enquanto tais, devem ser parametrizados e unificados enquanto consciência de classe proletária.

As perseguições adicionais impostas a parcelas do proletariado, quando destacadas e colocadas em ordem de superioridade ao que unifica toda a classe trabalhadora enquanto tal, não tem outro efeito a não ser enfraquecer a luta dos trabalhadores, fracionando-os em segmentos.

Fatores Objetivos

Explicitadas as razões subjetivas da crise de representatividade enfrentada pelo sindicalismo brasileiro, é preciso, portanto, abordar os fatores objetivos que corroboram para o enfraquecimento dos sindicatos. Esses elementos podem ser facilmente identificados na instalação da política neoliberal, em meados dos anos 70 do século XX, quando a burguesia para fazer frente à chamada “crise do petróleo” e recompor a queda das suas taxas de lucro lançou mão do estado mínimo, pregando a absoluta liberdade de mercado, em oposição ao estado de bem-estar social, privatizando e sucateando serviços públicos, retirando progressivamente direitos da classe trabalhadora, valendo-se da ameaça do desemprego.

Após 30 anos de neoliberalismo, com a explosão da crise financeira em 2008, a burguesia passou a enfrentar novamente a queda dos lucros do capital. Esse quadro se agravou nos últimos anos, com a pandemia da Covid-19, apontado para a possibilidade de esgotamento do modelo neoliberal enquanto instrumento utilizado pelo imperialismo no mundo inteiro como forma de reverter a tendência de queda em suas taxas de lucro.

O esgotamento do neoliberalismo exigirá da burguesia uma nova estratégia de acumulação capitalista, em que precisará, ao mesmo tempo, implementar políticas para a recomposição dos mercados de consumo e aprofundar, mais uma vez, a exploração da classe trabalhadora. Nesse contexto de crise, precisamos nos organizar não só por melhores salários, mas também contra as privatizações. Ao mesmo tempo em que ameaçam empregos, direitos, garantias e condições de trabalho dos companheiros das empresas estatais, as privatizações têm como consequência uma piora na situação da classe trabalhadora, com as altas dos preços de serviços essenciais (energia, água, saneamento, saúde, lazer, transporte entre outros).

Diante desse quadro de aprofundamento exploração e alta do custo de vida, podem surgir as condições para a reorganização do movimento sindical em torno das lutas

reais da classe trabalhadora. No entanto, a retomada da representatividade e força do sindicalismo brasileiro só é possível com um Movimento Sindical Proletário (MSP), que, além de pôr os interesses dos trabalhadores acima das determinações políticas-partidárias e rejeitar a convivência conciliadora, oportunista e cidadã com os patrões, assume o caráter proletário das lutas políticas dos trabalhadores.

Isso posto, considerando o antagonismo de classe da sociedade capitalista e o caráter burguês do aparato estatal, é preciso ter claro que toda luta da classe trabalhadora tem conotação política. As conquistas trabalhistas, bem como a manutenção desses direitos, são e só podem ser fruto de um embate político, cujo conteúdo proletário não pode ser escamoteado na institucionalidade. Pelo contrário, deve ser afirmado em passeatas, mobilizações, paralisações e greves, como no exemplo histórico do 1º de Maio. Enquanto classe antagônica, a vida e a luta concreta pela sobrevivência dos trabalhadores tem potencial político, a depender da conjuntura e da atuação da vanguarda marxista leninista em tal conjuntura.

Nossos princípios fundamentais:

Devemos agir com **independência, autonomia e consciência de classe**, pois com o abandono desses três princípios qualquer sindicato vai descambar para a priorização de práticas estranhas à sua razão de ser (organizar e incentivar os trabalhadores para a luta contra a exploração e opressão patronais), colhendo como resultado de tal distorção: ou sua transformação em um falso partido revolucionário ou em linha auxiliar de partidos eleitorais, em “sindicato cidadão” – centrado em campanhas e atividades academicistas, assistencialistas e identitárias.

1. **Independência** – Comprometemo-nos aqui a desenvolver uma prática sindical absolutamente independente frente aos patrões e ao estado – este, enquanto empregador e enquanto governo. Um sindicato tem um único e só patrão: a categoria que representa. É inconveniente, inadequada e, mesmo, imoral a tal convivência amistosa e civilizada entre patrões e empregados. O nome disso é convivência. Não nos negamos, é claro, a ir à mesa de negociação, mas sempre conscientes do nosso papel de firmes e severos defensores dos interesses dos trabalhadores. Conscientes, também, de que do outro lado se encontram defensores severos e firmes dos interesses dos patrões. Cabe ao sindicato defender, estimular e fazer presente a ideia de

autorrespeito coletivo e individual na categoria frente aos patrões. O patrão estado, para um sindicato que honre sua categoria, é um patrão como qualquer patrão no capitalismo, ou seja, sempre interessado em aprofundar e intensificar a exploração sobre os trabalhadores. Não nos venderemos – e este é um compromisso formal e solene – aos mercadores de benesses estatais.

2. Autonomia – Comprometemo-nos aqui a desenvolver uma prática sindical absolutamente autônoma frente a quaisquer determinações político-partidárias. Consideramos legítima a atividade político-partidária fundada na ética, mas tomamos como princípio inarredável de nossa ação sindical o princípio de que cabe somente à categoria decidir o que seu sindicato deve fazer – no curto, médio e longo prazos –, descartado assim qualquer tipo de consulta a qualquer partido, qualquer tipo de autorização de qualquer partido. Este princípio se aplica igualmente a todas as instâncias do próprio movimento sindical: federações, confederações, centrais sindicais. Nossa instância decisória máxima, repetimos, é a assembleia geral da categoria. Nada será feito que não seja elaborado pela categoria, que não seja aprovado legitimamente pela categoria. Nossa solidariedade à luta política dos trabalhadores não nos autoriza a fazer da categoria e do

sindicato meras caixas de ressonância de campanhas e palavras-de-ordem político-partidárias, venham de onde vierem. É decisão legítima de nossa instância maior – a assembleia geral – que nos dirá o que fazer e o que não fazer. O que deve ser feito pelo sindicato é decidido pelo sindicato, dentro do sindicado.

3. Consciência de classe – Somos trabalhadores e nossa solidariedade primeira é com a classe trabalhadora, nosso primeiro compromisso, enquanto trabalhadores, é com aqueles que, como nós, são vítimas da exploração e opressão patronais. É nosso princípio e principal razão de existência como sindicato a luta contra o patronato, consideradas outras práticas que desenvolvamos – campanhas e programas de formação e esclarecimento, por exemplo – como atividades de auxílio direto àquele objetivo, como instrumentos da própria luta. É, portanto, tomando as premissas da independência, da autonomia e da consciência de classe como princípios e fundamentos de nossa atuação sindical.

Julho de 2022

